

ACTA N.º 11**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2011:**

Aos vinte e três dias do mês Setembro do ano dois mil e onze, reuniu pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, no Casino do Luso, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Presidente da Mesa, Senhor José Miguel da Rosa Felgueiras, pelo 1º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro e pelo 2º Secretário, a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1) Votação da Acta n.º 10 - Sessão de 29 de Junho de 2011; -----
- 2) Informação do Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----
- 3) Parecer do Auditor Externo; -----
- 4) Imposto Municipal sobre Imóveis para 2012 – Proposta nº 19/2011; -----
- 5) Participação Variável de IRS para 2012 – Proposta nº 20/2011; -----
- 6) Derrama para 2012 – Proposta nº 21/2011; -----

O 1º Secretário procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal, verificando-se que faltou sem justificação o Senhor José Alves Rosa, Presidente de Junta de Freguesia de Vacariça e com justificação o Senhor Rui Manuel Castro Frias. Os Senhores António Mano Soares e Fernando Manuel Silva Melo solicitaram a sua substituição previamente, sendo substituídos respectivamente pelos Senhores Manuel Jacinto Gaspar da Silva e Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis. -----

Antes de dar início ao Período de Intervenção do Público, o Senhor Presidente da Mesa informou que o Senhor António Mano Soares renuncia ao cargo de membro desta Assembleia Municipal a partir da próxima sessão da Assembleia Municipal. Na sequência do falecimento da Dra. Manuela Soares, que foi uma funcionária exemplar do Município da Mealhada, nomeadamente pela obra feita na Biblioteca Municipal e pela lutadora que foi, prestou voto de pesar, que a seguir se transcreve, e solicitou à Assembleia um minuto de silencio em sua homenagem. -----

VOTO DE PESAR

Dra. Manuela Soares faleceu no passado dia 13 de Setembro de 2011, vítima de cancro. Fica a memória de uma mulher extraordinária que deixa saudades a todos que com ela tiveram o privilégio de conviver, em especial os seus familiares e os seus muitos amigos. -----

A Assembleia Municipal da Mealhada, na sua sessão de 23 de Setembro de 2011, presta sentida homenagem à Dra. Manuel Soares e manifesta à sua família o seu profundo pesar pela perda sofrida, guardando um minuto de silêncio em sua memória. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, José Miguel da Rosa Felgueiras -----
Como em Portugal é hábito prestar estes momentos sinceros de pesar e condolências e posteriormente esquecer as pessoas, apresentou proposta de recomendação à Câmara Municipal, que a seguir se transcreve: -----

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

A Assembleia Municipal de Mealhada recomenda à Câmara Municipal que seja dado à Biblioteca Municipal da Mealhada o nome de Dra. Manuela Soares, em homenagem à sua pessoa e ao extraordinário trabalho efectuado em prol do Município de Mealhada. -----

Luso, 23 de Setembro de 2011, -----

O Presidente da Assembleia Municipal, José Miguel da Rosa Felgueiras -----

De seguida colocou a referida proposta à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. Referiu que a correspondência de maior relevância foi distribuída a todos os membros presentes nesta Assembleia. Destacou o facto de ter estado presente no Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios onde pouco se discutiu e que, na sua opinião pessoal, foi muito fraco. Deu conta que recebeu um convite do Senhor Presidente da Câmara Municipal para participar no workshop da Agenda XXI Local da Mealhada, que ocorrerá no dia 1 do Outubro ao meio-dia, e apelou que todas as pessoas aderissem a esta iniciativa. Relativamente às despesas do grupo de trabalho que realizou o belíssimo debate sobre o Ramal Ferroviário Pampilhosa/Figueira da Foz, referiu que o ofício para pagamento das despesas do grupo de trabalho foi remetido à Câmara Municipal e o Senhor Presidente da Câmara respondeu que legalmente não pode autorizar o pagamento desta despesa, segundo informação da Senhora Chefe da Divisão Financeira, mesmo que o Senhor Presidente da Assembleia assumira toda a responsabilidade sobre esta matéria.

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para esclarecer que cabe ao Senhor Presidente da Assembleia autorizar os pagamentos referentes à Assembleia Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara garantir os procedimentos para que esses pagamentos sejam efectuados. Sugeriu ao Senhor Presidente da Câmara que lesse com atenção a sentença 14/2006 do Tribunal Contas, sobre uma matéria absolutamente idêntica a esta. Poderá assim verificar que não tem razão nenhuma na sua posição sobre esta matéria. -----

- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que não é o valor da despesa que está em causa mas sim a falta de cabimento prévio para a referida despesa e a data com que foi comunicada à Câmara Municipal. Está também em causa a inspecção de Finanças de que a Câmara Municipal está a ser alvo e daí a sua posição. No entanto, referiu que iria ler atentamente a sentença mencionada pelo Senhor Rui Marqueiro e que a despesa iria ser paga se efectivamente chegar à conclusão que a Câmara Municipal não tem responsabilidade nesta matéria. -----

- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal comunicou que, face à recusa da Câmara em pagar a referida despesa, os membros do grupo de trabalho irão dividir a despesa entre si e pagar do seu próprio bolso. O assunto ficará assim resolvido. Para finalizar este assunto, desafiou o Senhor Presidente da Câmara a questionar o Senhor Inspector de Finanças se existe algum inconveniente no pagamento desta despesa e comunicar, na próxima sessão desta Assembleia, qual a resposta do Senhor Inspector. Expôs que a CDU apresentou voto de pesar, que a seguir se indica, e entendeu por bem colocá-lo à votação já neste período, tendo sido aprovado por unanimidade: -----

VOTO DE PESAR

A CDU propõe à Assembleia Municipal de Mealhada um voto de pesar pela morte de Sérgio Miguel de Jesus Ferreira e António Rui Simões Nunes, bombeiros das A.H.B.V de Pampilhosa e A.H.B.V. de Mealhada, respectivamente, falecidos ao serviço das suas corporações, nos passados meses de Julho e Agosto de 2011, numa justa homenagem aos cidadãos e aos homens, pela abnegação e dedicação das suas vidas à causa pública e ao bem comum. -----

Mealhada, 23 de Setembro de 2011, -----

*Os deputados da CDU, -----
António José Breda e António Nogueira das Neves -----*

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

O Senhor Presidente da Mesa deu início ao presente período e perguntou se alguém se queria inscrever. Esclareceu que este período tem uma duração de 30 minutos e apelou à capacidade de síntese dos intervenientes. -----

- Tomou a palavra o Senhor Óscar Manuel Ferreira Carvalho para solicitar um esclarecimento ao Executivo sobre a demora da aprovação do PDM do Concelho de Mealhada e de quem seria a responsabilidade. Questionou ainda se projecto da Câmara Municipal Lusolnova 2007/2013 se encontra enquadrado no antigo (actual) PDM ou se está enquadrado com o PDM que se encontra ainda por aprovar. A última questão prende-se com receio de que o projecto Lusolnova fique parado, caso seja baseado no novo PDM. Relativamente à fábrica de engarrafamento do Luso, referiu que em 2002 foi apresentado pelo antigo Administrador Delegado da SAL, o Senhor Doutor Barreiros Cardoso, projecto para acabar com a fábrica de engarrafamento do Luso em 2013. A única obra que se viu desde então foi a colocação de 2 depósitos em inox de meio milhão de litros de água, que ainda deu “chatices”, e questionou o qual o ponto de situação desta questão. Relativamente ao “rombo” da frente da fonte de São João, onde continua a sair mais água fora das bicas do que dentro das bicas, apesar do granito colocado, questionou se está a ser efectuado algum estudo para resolver esta questão. Quanto à poluição da fábrica de azeite, mencionou duas imagens que traduzem o prejuízo que a referida fábrica trás ao Centro de Estágios do Luso e talvez seja por isso que não tenha maior utilidade. -----

- Tomou a palavra o Senhor Raul Simões de Aguiar para saudar a Assembleia Municipal pela descentralização das suas sessões. Interveio também para falar sobre uma intervenção escrita, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal leu em reunião de câmara, em resposta a uma intervenção sua na Assembleia de Freguesia de Luso, a qual foi publicada num jornal local no dia 29 de Junho de 2011. Quanto às afirmações proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara, referiu que apenas por uma vez se dirigiu ao Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção, tendo-o alertado para a possível saída dos funcionários da Junta de Turismo do Luso, como veio a acontecer. Neste sentido, o Senhor Presidente da Câmara pode apenas sentir-se atingido se se proclamar como Câmara Municipal ou se se estiver a vitimizar. Quanto ao “bairrismo exacerbado”, referiu que já se iria ver de quem seriam as asneiras. Relativamente ao Espaço Internet do Luso, referiu que este foi inaugurado como um bem de progresso para o Luso e foi posteriormente fechado durante 3 meses. Foi necessário que o Senhor Jorge Carvalho tivesse alertado para este facto, numa Assembleia Municipal, para que este espaço fosse reaberto, desta vez pela Junta de Freguesia de Luso, devendo ser da responsabilidade da Câmara Municipal. Referiu que o Centro de Estágios não está a funcionar devido à capitulação da Câmara Municipal perante um empresário, onde existe um relatório que é entregue na fábrica com informação sobre os eventos a realizar no Centro de Estágios, devido à emissão de fumos, o que é vergonhoso. O campo do Desportivo do Luso está num estado “lastimoso” e não se pode lá praticar qualquer desporto, quando há dois anos foram prometidas obras de remodelação. O Parque do Lago do Luso nunca esteve tão abandonado como hoje se encontra, onde as silvas tapam os candeeiros

da iluminação pública, as vedações estão todas caídas e os patos brancos que haviam no lago já lá não estão. O “Monumento da Água” parece um ferro-velho e é lamentável que se esteja três anos para ligar um cabo para que o referido monumento deite água. A fonte do Castanheiro está vergonhosa. Referiu que os terrenos onde foi implantado o parque de estacionamento, junto ao Centro de Saúde, ainda não foram pagos pela Câmara Municipal. Referiu ainda que nunca foi colocada iluminação pública na rua que tem melhor entrada para o Pavilhão Polidesportivo do Luso e que a Av. Emídio Navarro está uma vergonha, como se poderá verificar no final desta sessão. Expôs que o Senhor Presidente da Câmara assumiu no Salão Nobre, perante testemunho do Dr. Mário Pedrosa, aquando da informação de que tinha sido formada uma Comissão Instaladora, que os trabalhadores da Junta de Turismo do Luso iriam ser integrados no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, o que não veio a acontecer. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões apresentadas. Quanto à questão sobre o PDM, referiu que é verdade que a Câmara Municipal deliberou alterar o actual PDM no início de 2001 e que é também verdade que, há 15 dias, houve uma reunião em Coimbra para a sua aprovação, o que não aconteceu. Assim, esclareceu que o plano não “voltou para trás”. Simplesmente não pode ser considerado porque não havia quórum, uma vez que só estiveram 5 ou 6 entidades públicas das 23 necessárias para a consideração sobre esta matéria. Este projecto de revisão do PDM tem efectivamente 10 anos e tem-se assistido a situações lamentáveis como a mudança constante de Técnicos, cada um com a sua opinião, o que torna difícil qualquer correcção e/ou alteração. Assim, neste momento, apenas poderão ser efectuadas obras que se enquadrem no PDM actual. Sobre a Sociedade de Águas do Luso, referiu que não faria qualquer comentário, uma vez que não é seu representante. Sobre a poluição da fábrica da Lameira de Santa Eufémia, em termos ambientais, referiu que a Câmara Municipal não tem qualquer responsabilidade sobre essa matéria. No entanto, relativamente aos assuntos da responsabilidade da Câmara Municipal, referiu que têm sido todos tratados com a administração da fábrica e têm sido todos cumpridos. Relativamente ao rombo da Fonte de São João, referiu que a água é extremamente ácida, o que tem corroído a fachada da fonte, e que esta questão é um problema recorrente que nunca se conseguiu resolver integralmente, mesmo com a colocação de placas de diversos materiais. É natural que a Câmara Municipal tenha que intervir novamente, pelo que destacará técnicos para averiguar melhor a situação. Relativamente à intervenção do Senhor Raul Aguiar, mencionou que respondeu em local apropriado às afirmações proferidas na Assembleia de Freguesia de Luso, as quais foram extremamente incorrectas. Esclareceu que a integração dos funcionários da Junta de Turismo na Câmara Municipal nunca foi considerada, porque o decreto-lei que extinguiu as Juntas de Turismo, integrou todos os funcionários nas Regiões de Turismo, neste caso, na Região de Turismo do Centro. -----

- Tomou a palavra o Senhor Carlos Pimenta para ler a seguinte intervenção escrita: -----

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e seus membros, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara e restante executivo, -----

Minha Senhoras e meus Senhores: -----

Não ficaria bem com a minha consciência, numa altura que se revela crucial para o desenvolvimento da nossa vila, não intervir, e de algum modo revelar-me indiferente a este momento único, que coincide com a realização de uma reunião da Assembleia Municipal na Vila do Luso; -----

Pretendo com esta intervenção dar o meu humilde contributo, sem qualquer sofisma partidário, e em nome do amor que sinto por esta terra; -----

Primeiro que tudo, tenho de destacar e dar os meus sinceros parabéns ao executivo camarário pela capacidade demonstrada e pela visão estratégica que presidiu à aquisição da Quinta do Alberto; -----

Sendo certo que, a forma como o Plano de Pormenor da Quinta do Alberto for desenvolvido será, na minha opinião, um factor determinante para o sucesso económico da nossa Vila, constituindo um alicerce essencial para a concretização, no terreno, do plano estratégico a que o Lusolnova dá corpo; ----

Neste domínio também a realização do Centro de Investigação previsto para o edifício do Cineteatro do Luso, se revela um ponto essencial ao desenvolvimento económico e criação de emprego nesta Vila, pelo que, faço votos que a associação Willuso seja materializada na prática; -----

Dado que, a Fase de estudo do Plano de Pormenor da Quinta do Alberto se encontra a decorrer, não posso dizer, tal como já o fiz, nesta mesma sala, no dia um do corrente mês, de apontar algumas sugestões que no meu ponto de vista podem potenciar o turismo e desenvolvimento da nossa terra, a saber: ----

- 1- Criação no âmbito desse mesmo Plano de Pormenor, de espaços de estacionamento para automóveis ligeiros, uma vez que, as medidas de requalificação das ruas da vila, irão, forçosamente, eliminar um elevado número de lugares; -----*
- 2- Corte acentuado do desproporcionado “morro” que faz parte integrante da Quinta do Alberto, o qual, em nada abona em favor de um correcto e profícuo enquadramento do Parque Urbanístico existente, constituindo na actualidade um dos factores determinantes no processo de decisão adstrito ao desenvolvimento de projectos turísticos e comerciais da zona; -----*
- 3- Criação de um ponto de abastecimento público de carros eléctricos no âmbito do Programa Governamental Mobi-E. Um ponto de carregamento de carros eléctricos no centro da Vila além de contribuir para uma imagem de modernidade, permitiria com toda a certeza inverter a tendência de **visita de médico** por parte de muitos que nos visitam, e que venham a utilizar carros eléctricos; -----*
- 4- Desenvolvimento na Quinta do Alberto de um parque de desportos radicais, bem como um parque dotado de infra-estruturas capaz de receber espectáculos ao ar livre; -----*
- 5- Criação na Quinta do Alberto de um parque temático denominado **Bussaco dos Pequeninos**, o qual, aproveitando as condições de morfologia do terreno, poderia, apresentar, à semelhança do **Portugal dos Pequenitos**, pequenas réplicas dos monumentos e pontos de referência existentes na Mata do Bussaco, cativando uma faixa importante dos elementos da família que nos tempos modernos mais peso de decisão possuem (ou seja as crianças); -----*
- 6- Construção de um Teleférico entre a Porta de São João e o cimo da Avenida Emídio Navarro, atenuando-se assim as dificuldades de ligação da Mata do Bussaco com a Vila do Luso, passando esta infra-estrutura a constituir mais um ex-líbris para quem nos visita; -----*

Para além destas sugestões, deveria também existir uma aposta estratégica em redor da construção de uma barragem em Vale da Ribeira, não apenas para fins de regadio, mas também, e sobretudo, virada para outras valências porventura economicamente mais sustentáveis, nomeadamente o turismo e produção de energia eléctrica de média tensão; -----

*A Criação de um grupo de trabalho, **não remunerado**, que vise o acompanhamento, apoio e promoção do investimento previsto ao abrigo do plano estratégico Lusolnova, seria também, na minha opinião, uma forma de exponenciar a economia desta Vila; -----*

Exmo. Senhor Presidente da Câmara, ao contrário do meu pai, não tive o privilégio de servir ao seu lado e de ser seu companheiro de armas, espero todavia, poder ter a honra de partilhar os mesmos ideais, que culminam na vontade de fazer do Luso um verdadeiro ponto de referência do Turismo Nacional; -----

Não há que ter receio de fazer, pois como todos sabemos, só não erra quem nada faz. O futuro desta terra está nas nossas mãos. O Luso é um gigante adormecido. -----

Compete-nos a todos nós fazer um esforço para o acordar. -----

Pelo sucesso da nossa terra, viva a Vila do Luso! -----

Luso, 23 de Setembro de 2011 -----

Carlos Pimenta -----

- Tomou a palavra o Senhor Rui Maria Bernardes da Costa para se pronunciar sobre a necessidade de se criar um espaço para animação sócio-desportiva no Luso, cuja actividade é levada a cabo pela Associação de Jovens Cristãos de Luso, particularmente na área do futebol, com o intuito de promover a prática desportiva, estilos de vida mais saudáveis e as relações inter-pessoais amigáveis entre os praticantes. Em primeiro lugar, elucidou todo o historial das actividades sócio-desportivas levadas a cabo pela Associação ao longo dos últimos 30 anos, tanto masculinas como femininas, referindo que iniciaram a sua actividade no Campo do Clube Desportivo do Luso. Posteriormente, a actividade desportiva passou para o Campo do Lago até ao momento em que foi construído naquele local o actual Pavilhão Municipal do Luso. Assim, recorreu-se ao Pavilhão de Barrô, por amabilidade da Associação proprietária daquele espaço. Passados alguns anos, regressaram ao Campo Manuel Jorge, mas tiveram que se voltar a mudar, desta vez para o Campo da Lameira de Santa Eufémia, junto da Lusoliva, cedido pelo Presidente da Associação local. Por fim, houve necessidade de nova transferência, desta vez para o excelente campo de relva sintética do Travasso, cedido pelo Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça, onde recentemente foi disputado o torneio “Mário Interino” com a participação de mais de 150 pessoas. Em todos estes espaços, principalmente durante os 15 anos em que foi utilizado o Campo do Lago, foi necessário empenhar semanalmente múltiplos esforços semanais para proporcionar condições dignas aos participantes, nomeadamente regas e reposições de areia em tempo seco e remoção de lamas espessas e lençóis de água em épocas de chuva, limpeza de folhas e ramagens, abertura de regos de água laterais, etc. É um historial doloroso, também pela indiferença e falta de apoios, muitas vezes prometidos e nunca concretizados. Referiu ainda que foi utilizado um campo construído pela Junta de Freguesia do Luso, na antiga lixeira junto ao Centro de Estágio, e uma única jornada deu para perceber que a integridade física dos participantes corria sérios perigos, sobretudo pela

acentuada mobilidade e instabilidade do piso de jogo. Foi então efectuado um pedido de revisão deste aspecto que nunca se verificou. Considerando então o já longo historial deste projecto, o impacto positivo na formação de uma sã consciência desportiva, cívica e de qualidade de vida, questionou se não poderia ser criada uma cooperação de índole técnica e financeira com a Câmara Municipal de Mealhada e Junta de Freguesia do Luso, no sentido de recuperar o referido espaço, ou inovar com outro, que permita a justificada qualidade de condições para a continuação deste projecto. Sugeriu ainda a colocação de alguns complementos a ser colocados nesse futuro espaço como a colocação de relva sintética, alguns holofotes, água, WC, alguns bancos e um pequeno ornamento do recinto de jogo. Sobre outra questão, relativamente ao estranho buraco que se encontra junto às Termas do Luso, na Rua Dr. Assis Leão, referiu que estranha a longevidade de tantos meses de tal buraco, sem que se verifique qualquer movimentação no sentido de que a situação se resolva. É vergonhoso e inconcebível que esta situação assim se mantenha pelo perigo existente para todas as pessoas que ali passam frequentemente, principalmente para as crianças que são curiosas por natureza. Neste sentido, perguntou de quem será a responsabilidade, caso haja um alargamento imprevisto daquele buraco ou caso haja algum acidente. Questionou também quando é que este problema seria resolvido. -----

- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para agradecer as sugestões proferidas pelo Senhor Carlos Pimenta, que certamente serão analisadas. Relativamente à intervenção do Senhor Rui Costa, referiu que as questões relativas à Associação dos Jovens Cristãos de Luso terão que ser analisadas e ponderadas pelo Pelouro do Desporto e certamente que serão apreciadas. Relativamente ao buraco mencionado, referiu que este tem sido atentamente acompanhado pelos serviços da Câmara Municipal. -----

- Interveio o Senhor Vereador José Calhoa para elucidar que aquele buraco apareceu subitamente e foi tapado depois de ter sido efectuada a limpeza de tudo aquilo que pudesse ter originado aquele buraco. Passado algum tempo, o mesmo voltou a abrir, tendo então sido reunidas várias entidades para apurar quais as causas de tal buraco, também com o acompanhamento do Senhor Vereador Júlio Penetra. Concluiu-se então que o buraco surgiu devido a um túnel subterrâneo que ruiu, o qual terá que ser aberto para depois ser tapado, estando apenas à espera que passe esta época de verão para que a situação seja finalmente resolvida. -----

- Interveio o Senhor Vereador Júlio Penetra para referir que esta é realmente uma situação que preocupa há já muito tempo, tendo estado inicialmente prevista uma intervenção para ser efectuada antes do Verão. Contudo, o processo foi-se arrastando e a Câmara Municipal que tomou a decisão de adiar o início dos trabalhos para este final de Verão. Felizmente, o início das obras daquele buraco vem coincidir com a 2ª fase de requalificação do centro urbano do Luso, que também inclui aquela rua, e com certeza que a situação será resolvida na mesma empreitada. -----

- Tomou a palavra o Senhor João Carlos H. Silva para colocar duas questões. Relativamente à fábrica Alcides Branco, referiu que os munícipes, com a ajuda da autarquia e da Junta de Freguesia deveriam fazer algo mais para defender a sua terra, mesmo havendo entidades competentes para lidar com as questões ambientais. Assim, questionou se a Câmara Municipal é conhecedora dos valores das análises efectuadas aos fumos e restante poluição emitidas pela

fábrica, se estes valores se encontram dentro dos parâmetros legais e se se encontram dentro dos limites legais de cada parâmetro. Este problema levanta-se devido a questões de saúde pública e de bem-estar. Expôs que a fábrica começou a laborar com “bastante violência” no dia anterior, lançando imenso fumo e ainda hoje se verificava a mesma situação. Sendo o Luso o cartão de visitas do Concelho, onde estão instaladas 90% das unidades hoteleiras do Concelho e onde as pessoas dormem quando vêm comer leitão à Mealhada, pode-se dizer que não são apenas as pessoas do Luso que são afectadas mas sim todo o Concelho. Assim, sugeriu que a Câmara Municipal de Mealhada e a Junta de Freguesia do Luso se associassem numa iniciativa que pudesse resolver esta questão. Relativamente às Termas do Luso, solicitou esclarecimentos à Câmara Municipal sobre a sua participação na parceria existente entre a Sociedade de Águas de Luso e a Maló Clinic, uma vez que é proprietária dos edifícios e da fonte das Termas do Luso. Questionou ainda se a Câmara Municipal tem conhecimento de quando é que o edifício da fisioterapia estaria pronto a ser utilizado. -----

- Tomou a palavra a Senhora Ana Paula Ribeiro Coelho para referir e testemunhar que efectivamente têm sido feitas algumas obras importantes em prol do Luso e da sua Freguesia, nomeadamente a requalificação da Av. Emídio Navarro, a construção do Centro de Estágios, etc. No entanto, mencionou que o Luso ficou um pouco aquém daquilo que já foi. Daí haver algum saudosismo quando se fala do Luso e das Termas do Luso. Referiu que o Projecto Lusolnova foi apresentado com um timing de concretização 2007-2013 e citou algumas palavras que foram proferidas aquando do lançamento deste projecto, em 2008: *“A Câmara Municipal de Mealhada, juntamente com os parceiros Sociedade de Águas de Luso e Universidade de Coimbra, apresentou o Projecto Lusolnova – Centro de Saúde, Beleza e Bem-estar, para ser concretizado até 2013. Este projecto pretende trazer ao Luso um vigor turístico impar, capaz de projectar o concelho, a região e mesmo o país como destino privilegiado.”* Palavras do Senhor Presidente da Câmara, Carlos Cabral. *“Este projecto aposta no segmento médio, médio-alto”*. Neste sentido, foram prometidas várias coisas, nomeadamente a construção de vários hotéis, a construção de um parque industrial na zona de Barrô, a promoção de várias actividades relacionadas com a cosmética anti-envelhecimento, etc. *“O Senhor Alberto da Ponte, o então Administrador das Águas de Luso mostrou-se confiante no desenvolvimento do Projecto, dando conta que a empresa não perdeu de vista a reestruturação termal do Luso, cujo Projecto previa o início das obras para 2007, pedindo paciência à população, tranquilizando ao dizer que o Projecto começará a ser desenvolvido”*. À data, o Senhor Coordenador do QREN referiu que estariam previstos 3 milhões de euros para este tipo de iniciativas. Ainda, o Senhor Presidente da Junta referiu *“a apreensão é o sentimento reinante e já não será no meu tempo que isto se irá realizar”*. Tendo isto em conta, questionou o Senhor Presidente da Câmara qual seria o objectivo para a criação do Projecto Lusolnova e porque é que se tentou vender este “sonho” que se tornou num pesadelo, um fantasma que foi apresentado ao Luso como forma de recuperação, de criação de emprego, etc. Questionou porque é que foi dada a ilusão de que alguma coisa iria ser efectivamente feita. Relativamente ao acordo feito com a Sociedade de Águas do Luso, no que se refere à concessão de exploração da água, questionou quais foram as contrapartidas negociadas pelo referido concessionamento da

água e se essas contrapartidas estão efectivamente a ser cumpridas pela Sociedade de Águas do Luso. Sugeriu ainda que seria importante pensar numa requalificação da entrada do Luso, uma vez que o Luso é a “sala do visitas” do concelho e é, do seu ponto de vista, o máximo representante do concelho. A actual entrada do Luso é muito feia e não tem nada a ver com a beleza efectiva do Luso. Assim, apelou que fosse feito um estudo para a remodelação da entrada do Luso, para que esta apelasse a quem passa na EN234 a entrar, a visitar e a ficar no Luso. -----

- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, relativamente à intervenção do Senhor João Silva, para responder que a Câmara Municipal não tem conhecimento, nem é obrigada a ter, do resultado das medições e monitorizações efectuadas na fábrica da Lameira de Santa Eufémia, levadas a cabo pelos serviços do Ministério do Ambiente. Referiu ainda que não é necessária qualquer monitorização técnico-científica para identificar o cheiro que é emitido pela referida fábrica. Elucidou que a Câmara Municipal não detém qualquer capital na parceria entre a Sociedade de Águas do Luso e a Maló Clinic. Esta parceria apenas faz a gestão do equipamento que construíram, com a requalificação das termas, pelo que é apenas um negócio de uma empresa em que a Maló Clinic detém 51% do capital e a Sociedade de Águas do Luso os restantes 49%. Relativamente à intervenção da Senhora Paula Coelho, referiu que o Projecto Lusolnova tem, na realidade, uma duração prevista para a sua concretização de 20 a 25 anos, daí muitos terem dito que já não estariam cá para ver a concretização do Projecto. Esclareceu que não era a Câmara Municipal de iria construir hotéis nem termas, embora já tenha avançado com algumas obras constantes no projecto, nomeadamente algumas obras mencionadas pela interveniente. Relativamente ao acordo estabelecido em 2002 entre a Sociedade de Águas do Luso e a Câmara Municipal de Mealhada, referiu que tem sido religiosamente cumprido, conforme o acordo estabelecido pelo tribunal. Relativamente á requalificação da entrada do Luso, referiu que efectivamente existe alguma preocupação quanto a este aspecto. --

- Tomou a palavra a Senhora Vice-Presidente para referir que o referido projecto, apesar do Plano de Desenvolvimento Estratégico “Destino Luso” se encontrar no período de vigência do QREN (2007-2013), atingirá maturidade num prazo do 20 anos. Não entendeu porque é que a Senhora Paula Coelho afirmou que foi vendido um sonho, quando a fase inicial do Plano Estratégico implicaria a requalificação das Termas do Luso, que são a verdadeira essência deste projecto, para que aquele espaço volte a ter a vida que outrora teve, colocando o Luso novamente na rota dos destino mais atractivos, mas num contexto mais moderno. Referiu que desconhece qual é a ideia que os “Lusenses” têm deste projecto de requalificação, mas se se estiver a comparar o equipamento que se tinha com o equipamento actual, então não estarão a falar sobre a mesma matéria. -----

- O Senhor Presidente da Mesa interrompeu, depois de uma tentativa de diálogo entre o público e o Executivo, para esclarecer que esta Assembleia Municipal não é o local apropriado para o debate entre o público e Executivo. Referiu que cada interveniente do público tem 5 minutos para apresentar as suas questões e não pode interromper ou entrar em diálogo com o Executivo Camarário. Verificou que existe muito por dizer e disponibilizou-se a marcar uma Assembleia Municipal para que este e outros assuntos sejam tratados, à semelhança do debate que ocorreu sobre o Ramal Ferroviário Pampilhosa-

Figueira da Foz, na vila da Pampilhosa. Assim, sugeriu que tudo o que tenha ficado por dizer seja directamente encaminhado aos vossos autarcas ou aos membros eleitos desta Assembleia Municipal para que possam ver as suas questões atendidas. -----

- Tomou a palavra a Senhora Vice-Presidente para reforçar que uma das estratégias para a reabilitação das Termas do Luso foi conseguir que a sociedade tomasse consciência e agisse, tendo resultado num equipamento modernizado capaz de responder a todas as necessidades da população. Expôs que o equipamento da fisioterapia se encontra em fase de conclusão e estará à disposição muito em breve, segundo informações da Sociedade. Não nos podemos esquecer que o Município efectuou um forte investimento com a requalificação da Av. Emídio Navarro e de todos os arruamentos da Vila do Luso. Referenciou que o Grande Hotel do Luso foi requalificado graças à implementação deste projecto, enquadrando-se na mesma filosofia. O INATEL já apresentou um projecto de requalificação e uma solução para um outro património que detém na Vila do Luso. Houve um forte investimento quando a Câmara Municipal adquiriu a Quinta do Alberto assim como a aquisição do Cine-Teatro do Luso. Tendo tudo isto em conta, neste contexto e nesta realidade, todo este trabalho não é fruto de fantasmas nem de ilusões. Ressalvou que o Senhor Gestor do QREN, naquela altura, referiu que haveria 3 milhões de euros destinados a este projecto, ora este valor, já foi ultrapassado há muito tempo. Reforçou que não foi vendido qualquer sonho ou ilusão e existe uma estratégia montada. Até a nova reitoria da Universidade de Coimbra, continua a acreditar neste projecto e voltou a reunir no âmbito do Projecto Inov-C, para estabelecer ponte entre os possíveis investidores reunindo laboratórios e investigadores. E este trabalho não se faz de um dia para o outro. No entanto, a Câmara Municipal não conseguiria fazer nada pelo Luso se os seus habitantes assim não o quisessem, mesmo que tivesse todos os milhões ao seu alcance. Tem de haver uma sinergia de esforços e de vontades para que se consiga desenvolver o Luso, porque a Câmara Municipal não pode, por si só, dinamizar o comércio ou substituir as dinâmicas locais, a não ser que “se mudasse a população”. Assim, todos têm que se envolver neste esforço comum para que o Luso possa certamente se desenvolver. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que o número de inscrições neste período foi uma surpresa, face à primeira sessão descentralizada, em Ventosa do Bairro, gostou bastante daquilo que ouviu e solicitou que os municípios façam chegar as suas questões também noutras Assembleias Municipais. Agradeceu também à Administração da SAL (Sociedade de Águas do Luso) por ter disponibilizado o Casino do Luso para a realização desta Assembleia e à Doutora Noémia e ao Doutor Luís Brandão por toda a colaboração prestada. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra neste período e foram inscritos os Senhores António Neves, Luís Brandão, Carlos Rodrigues, Jorge Carvalho, Rui Marqueiro, Bruno Coimbra e Manuel Jacinto. -----

- Tomou a palavra o Senhor António Neves para ler a seguinte intervenção escrita: -----

“Antes de mais, queremos aqui registar e aplaudir a iniciativa e empenho de V.Exa. na publicação, nos jornais locais e regionais, dos conteúdos da moção

aprovada por unanimidade na última Assembleia Municipal de 29 de Junho, último, bem como o envio dessa informação a todos os órgãos autárquicos dos concelhos atravessados pelo ramal Pampilhosa-Figueira. -----

Esta publicação serve de exemplo ao importante esforço de informação e de envolvimento das populações numa causa de interesse que, pensamos, relevante. Aliás, nós não nos excluimos desse esforço e, como é do conhecimento de muitos, o PCP tem procurado dar o seu melhor contributo para esta causa: localmente com afixação de faixas na Pampilhosa e distribuição, à população, de documentos sobre o assunto, com a presença do cabeça de lista da CDU às últimas eleições legislativas; na Assembleia da República, com interpelações ao ministro da Economia, sobre quais as medidas que estão previstas para esta linha; na comunicação social, com intervenções em vários momentos para que este assunto não seja esquecido, despertando consciências. -----

Seria bom que outros se preocupassem em também projectar o assunto pelos seus meios e por meios conjuntos, procurando dar-lhe maior relevância, maior peso político. Como se vê no caso do Ramal, não bastam a razoabilidade e a racionalidade das exigências. Vai ser preciso dar-lhe força através do envolvimento das pessoas, das populações. É isto que pode fazer toda a diferença, que pode desmentir as falsas inevitabilidades e os inúmeros e coniventes desabaços do tipo, **não há nada a fazer**. -----

Importante seria, também, que pudéssemos dispor de alguns meios, modestos mas significativos, de projecção desta causa, como por exemplo, a utilização do Boletim Municipal, da página electrónica da autarquia e um esforço de intervenção junto da comunicação social, dado que há coisas muito interessantes a transmitir sobre esta questão. -----

Por outro lado, é importante que o grupo de trabalho do Ramal, não possa perder tempo na concretização dos objectivos definidos na moção do dia 29 de Junho de 2011, nomeadamente no que toca aos contactos e sensibilização das autarquias atravessadas pelo Ramal e Linha do Oeste, na perspectiva de preparação de acções para criar **vontade política**. -----

Entretanto, a CDU assinala três acontecimentos públicos com importância para esta questão, que cremos terão de ser tidas em conta por esta Assembleia e, inevitavelmente na acção imediata do grupo de trabalho: -----

1- Em Junho, quando esta Assembleia aprovava a moção, corria a notícia de que o memorando da “troika” continha o compromisso, dos que o assinaram, de encerramento de cerca de 800km de linha, onde se incluía o Ramal que diziam encerrado para obras e, até, a Linha do Oeste. Quanto a nós, esta intenção é no mínimo, podemos dizer, criminosa. Parece-nos que esta notícia alarga o âmbito do grupo de trabalho dado que, além de indagarmos junto da REFER ou da CP, teremos que o fazer, também, junto dos que assinaram os compromissos ditados pela “troika” que, ao que parece, incluem a extinção da linha que foi encerrada, diziam, para recuperação. É preciso saber exactamente do que se trata, não para nos convenceremos de que nada há a fazer mas para sabermos, eventualmente, o que temos aí de golpadas e compromissos encapuçados. Precisamos de saber com o que lutamos, e neste sentido o concelho da Mealhada merece respostas verdadeiras. Mas o país também. -----

2- Outro acontecimento que retivemos, foram as declarações do ministro da Economia, em Agosto, dizendo que o Estado só poderia fazer investimentos

que fomentassem o desenvolvimento económico! Afinal, de que estamos a falar neste caso? Por isso, é importante confrontar o ministro e o seu governo, e envolvê-los no debate para a reactivação da linha e para este projecto maior do eixo ferroviário do Oeste. Como diz uma faixa que ajudámos a colocar na Pampilhosa, **HÁ INVESTIMENTOS QUE VALEM A PENA!** Este, estamos certos, é um deles. -----

3- Voltando às notícias, soubemos que a CP tem vontade de acabar com o serviço de autocarros. E nós já tínhamos avisado para a possibilidade destes embustes. É que passada a fase do “fazer de conta que é para reabrir”, entrámos na fase do “vamos acabar de vez com isto”. E as populações, as pessoas e a actividade económica? Nem primeiro, nem depois... **que se lixem.** Lembramos que o Sr. Presidente da Câmara dizia, há tempos, que as pessoas estavam melhores servidas com o autocarro do que com os comboios. Obviamente que discordamos dessa opinião, e vamos mais longe dizendo, até, que essas opiniões colidem com o espírito que sustenta este grupo de trabalho e esta Assembleia, contribuindo, de certa forma, para o baixar de braços, que é apanágio dos que por norma dizem, **não há nada a fazer.** -----

Quem luta nem sempre ganha. Quem não luta perde com toda a certeza. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para lembrar que efectivamente o Grupo de Trabalho ainda não terminou e certamente que ainda existem diversas iniciativas a ser tomadas neste âmbito. No entanto, sublinhou que o Senhor Mano Soares renunciou ao seu mandato na Assembleia Municipal e solicitou à bancada do PSD para nomear, em tempo oportuno, o novo membro a integrar no referido Grupo de Trabalho. -----

- Tomou a palavra o Senhor Luís Brandão para manifestar a sua satisfação, enquanto habitante do Luso, pelo facto deste órgão autárquico ter reunido na freguesia do Luso. Sublinhou que houve uma maior adesão do público porque foram seguidas as suas recomendações, na última sessão, para melhor divulgação das sessões desta Assembleia e porque as pessoas de Luso quando chamadas dizem presente. Referiu que iria tecer algumas considerações sobre 2 pontos relativos à área da cultura. Relativamente à BiblioMealhada, referiu que é um serviço muito interessante mas que peca por não funcionar no Verão, quando as pessoas estão mais disponíveis. Apesar dos funcionários também necessitarem de férias, seria bom que se encontrasse uma solução para esta matéria, potenciando a leitura e o acesso à internet, podendo até estar mais presente no Luso, prestando assim mais um serviço aos visitantes do Luso. Relativamente à informação prestada sobre os eventos culturais, lamentou que a Câmara Municipal apenas se cingisse no seu recente boletim municipal ao que acontece no Cine-Teatro Messias, e perguntou se a programação de animação cultural que aconteceu durante 3 meses na Vila do Luso teria sido esquecida. Estas actividades de animação foram desenvolvidas pela Região Turismo do Centro, Junta de Freguesia do Luso e Câmara Municipal de Mealhada e quanto à sua duração e arrojo, foi muito melhor que ano anterior. Contudo, aconteceram alguns incidentes por falta de coordenação e organização, como por exemplo, espectáculos programados que não aconteceram, espaços não reservados, falta de som e várias questões logísticas. Houve também uma enorme falta de divulgação, pelo que até os próprios habitantes do Luso não sabiam o que estava previsto no programa. E, esta série de factores, fez com que o investimento efectuado não surtisse o efeito desejado. Assim, sugeriu que fosse implementada, no

próximo ano, uma estratégia diferente para a organização das actividades de animação com um tipo de organização profissionalizada, para assim mostrar qualidade e atrair pessoas, sendo estas actividades claramente um investimento municipal, na Vila do Luso. -----

- Tomou a palavra o Senhor Carlos Rodrigues para sublinhar que os Lusenses não são obstáculo ao crescimento da sua terra. É lamentável que se tenha dito que os Lusenses não gostam da sua terra. Referiu que o problema actual do Luso é a falta de promoção turística e não vale a pena ter os equipamentos “bonitinhos” se as pessoas não vierem. Já no ano anterior denunciou, também na Assembleia Municipal, a falta de promoção das actividades festivas no Luso e nada disso foi tido em conta para este ano. Referiu que se tem de criar condições para que o comércio local funcione, para que haja emprego e para que as pessoas fiquem no Luso. Hoje em dia vemos serviços a fechar e solicitou a opinião do Senhor Presidente da Câmara, quanto à intenção dos CTT fecharem o Posto do Luso. A Região Turismo do Centro não promove o Luso e se eles não fazem o que lhes compete, temos de ser nós a fazê-lo. Apelou aos Lusenses presentes para contarem consigo para fazer chegar as suas preocupações ao Executivo, que são pessoas de bem. -----

- Tomou a palavra o Senhor Jorge Carvalho, representando a Junta de Freguesia de Luso, para referir que teve uma grande influência na resolução do problema da Mata do Buçaco, bem como da Extensão de Saúde do Luso. Não admite a ninguém que diga que ele não gosta do Luso e que não sente os seus problemas. De seguida, leu as seguintes intervenções escritas, a dar conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

1ª Intervenção sobre o assunto: Investimentos na Vila e Freguesia de Luso -----
“Apesar de sabermos que as Câmaras Municipais vão receber menos 5% em relação ao que receberam da Administração Central no ano anterior, consideramos que a Câmara Municipal não tem feito investimentos no Luso, como esta terra merece. Não esquecemos o acordo que a Câmara Municipal da Mealhada tem com a Sociedade da Água de Luso e, por isso, convidamos o executivo da Câmara Municipal de Mealhada a somar tudo quanto já recebeu da Sociedade da Água do Luso e, deste modo, comparar com os investimentos que a Câmara aqui fez. -----

Gostaríamos também de lembrar o famigerado acordo Luso 2007 e o que aconteceu depois disso. A Sociedade da Água de Luso não se comprometeu em manter os postos de trabalho e, com os projectos idealizados eles até seriam aumentados? Pois o que acontece é que estão a transferir pessoal dos seus postos de trabalho e a transferi-los para outro local. O empregado no Luso entrou numa grande fase de precariedade o que deixa em permanente angústia muitas famílias. -----

Há poucos dias recebi na Sede da Junta de Freguesia de Luso, alguns habitantes da Lameira de Santa Eufémia que trabalham na firma Alcides Branco. Com eles tive uma longa conversa onde me foi transmitido o receio que têm que a fábrica encerre, dado que o Senhor deputado Bruno Coimbra, tem levantado o problema da poluição a nível governamental. É claro que lhes expliquei que tudo que possa prejudicar o ambiente, terá da minha parte um forte repúdio, mas também lhes disse que em conjunto com a Câmara Municipal e a firma Alcides Branco, tudo se poderia resolver a contento de todos. Em resposta e para meu total descontento, esses trabalhadores informaram-me que se a empresa fosse fechada, fariam uma manifestação em

frente à casa do Senhor Bruno Coimbra em sinal de protesto e que não Iheriam perdoar o facto de poderem vir a ficar sem emprego. Aqui deixo o meu alerta, porque me preocupa bastante o problema da poluição, mas também não sou alheio ao drama das famílias que lá trabalham.” -----

2ª Intervenção sobre o assunto: Pousada da Juventude -----

“Têm sido inúmeras vezes que o Senhor deputado da Assembleia Municipal, Bruno Coimbra, e o Senhor deputado da Assembleia Municipal de Mealhada, Luís Brandão, se têm batido – e muito bem – em várias Assembleias Municipais, pela criação de uma Pousada da Juventude na Vila de Luso. Este assunto, já o Senhor Luís Brandão, como bem deve estar recordado, o preceituava nas Assembleias de Freguesia de Luso, quando fazia parte deste órgão. -----

No meu entender, sem ser presciente e sem querer louvaminhar o Senhor deputado Bruno Coimbra, acho que temos agora todas as condições de termos a almejada Pousada da Juventude na Vila do Luso, dado o cargo e a grande influência deste novel deputado. Assim como alguns de nós, durante os governos do Partido Socialista, conseguimos resolver o problema da Mata do Buçaco e da Extensão de Saúde de Luso, é chegada a hora de acabar com a vaniloquência e de mostrarem o que valem, até se obsecrarem se for necessário, para que possamos usufruir de uma nova valência nesta nossa terra. “-----

3ª Intervenção sobre o assunto: Avenida Navarro -----

“Na Avenida Emídio Navarro, as chamadas rotundas das chaminés, que os lusenses também apelidaram de rotundas dos pombais, estão quase sempre sem água. Por vezes, quando têm água, aparecem grandes quantidades de espuma que escorre pela rua. Nestas rotundas, também quando não têm água, temos visto, por diversas vezes, inúmeros visitantes a utilizarem estes locais, bom como a paragem dos autocarros, para degustarem os seus farnéis. -----

Muitas pessoas que têm tido contactos connosco, lembram com alguma saudade as mesas de merendas que se encontravam ao longo da avenida e na Fonte do Carneiro. -----

A relva do jardim da Avenida Navarro desapareceu em muitos locais, porque muitos visitantes a utilizam, também, para saborearem os seus farnéis. -----

Encontra-se nesta avenida há cerca de um ano um painel, cujas figuras e dizeres estão quase imperceptíveis. Este painel, cujos suportes estão cheios de ferrugem, diz respeito às Comemorações dos 200 anos da Batalha do Buçaco, pelo que não faz qualquer sentido que ainda ali se encontre.” -----

4ª Intervenção sobre o assunto: Lago de Luso -----

“Local de bastante afluência, o Lago de Luso, necessita de grandes melhoramentos e da mais cuidada atenção pelo executivo da Câmara Municipal de Mealhada. -----

É um local que visitamos com frequência, porque nos ligam a ele laços de grande afeição e ternura. Gostamos imenso de ver por ali a banharem-se os belos patos que, quando os obsequiamos com uns nacos de pão ou boroa, até parece que falam como que agradecendo a dádiva. -----

É com imensa pena que vemos ali candeeiros partidos, outros encobertos por árvores e silvas; grande parte do asfalto está degradado; há imensa sujidade pelo chão onde se multiplicam as folhas caídas. -----

No nosso entender é nosso dever pedir ao executivo municipal uma intervenção bastante cuidada neste local maravilhoso. “-----

5ª Intervenção sobre o assunto: Rua Álvaro de Castelões -----

“Esta rua que se situa junto às Termas de Luso, desde há muito que se encontra num estado lastimoso. São inúmeras as queixas devido a um enorme buraco que se encontra no asfalto e que apanha parte do passeio, estando o mesmo vedado por grades metálicas há cerca de um ano. -----

Os lusenses e todos os que por ali transitam muito gostariam de ver este assunto resolvido.” -----

6ª Intervenção sobre o assunto: Passeios e Lancis -----

*“Os passeios e lancis estão muito danificados nesta Vila. -----
Percorremos vários locais e nota-se um grande desleixo na reposição das pedras das calçadas, bem como nos locais dos passeios. -----*

Lembramos ao executivo da Câmara Municipal que, aquando do incêndio de um autocarro no Largo do Casino foi danificado um poste de iluminação que, entretanto, já foi repostado, mas os lancis ficaram deteriorados. Julgamos que não há necessidade para se encontrarem naquele estado, porque, naturalmente, a seguradora do autocarro deve pagar os danos que o mesmo causou.” -----

7ª Intervenção sobre o assunto: Monte Novo – Rua Principal -----

“O Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador José Calhoa tiveram a oportunidade de verificar, há cerca de dois anos, o estado em que se encontra uma valeta na Rua Principal do lugar do Monte Novo, junto a uma pequena capela, em frente à casa do Senhor Armando Francisco Fernandes. -----

Neste local a água fica estagnada e proliferam por ali vários insectos (melgas, mosquitos, moscas, etc.), bem como maus cheiros o que incomoda bastante os moradores daquela rua. -----

Pedimos e sugerimos a interferência da Câmara Municipal da Mealhada, para que se resolva a contento esta situação incomodativa.” -----

No seguimento da intervenção do Senhor Rui Costa, referiu que se debateu muitas vezes com o executivo da Câmara Municipal sobre o mau estado do campo do Desportivo do Luso, enquanto dirigente do Clube Desportivo Luso, quando existem equipamentos de luxo na Mealhada e na Pampilhosa. É da opinião que o Luso também merece umas instalações do mesmo género e que o campo construído pela Junta de freguesia do Luso, referido pelo Senhor Rui Costa, já deveria ter relvado sintético há muito tempo e não é a Junta de Freguesia que o fará. -----

- Tomou a palavra o Senhor Rui Marqueiro para expor que o acordo que a Sociedade da Água de Luso estabeleceu com a Câmara Municipal da Mealhada, bem como a venda das acções que a Câmara tinha, pagaram todos os investimentos feitos no Luso pela Câmara Municipal. Ao ler uma acta da Câmara Municipal de 7 de Julho de 2011 (*“A Câmara Municipal deliberou por unanimidade informar a Lusitânia Gás que não considera a possibilidade de ser concedida qualquer isenção do pagamento da taxa de ocupação do subsolo.”*) questionou o Senhor Presidente da Câmara se teremos que pagar a TMDP em 2012, tendo este respondido que não teria a certeza. Teve também a percepção que existe um grande desinteresse da Câmara Municipal pelo Hospital da Misericórdia da Mealhada, por aquilo que leu na mesma acta. E arrisca-se a dizer que, na sua opinião, foi o investimento mais importante dos últimos 20 anos no Concelho de Mealhada. Por força das dificuldades financeiras do País, recebeu hoje a triste notícia que o Senhor Ministro da Saúde, talvez, seja forçado a cortar grande parte dos apoios dos cuidados

continuados de saúde. Ficou triste pela indiferença manifestada na referida acta e entende que uma palavra de apreço vale, por vezes, algum dinheiro, quando existe falta de recursos. Aos lusenses, referiu que existem muitas maneiras de encarar esta terra e a mais importante é que quem explora a água jamais será vosso amigo, até, porque, existe alguém que lutou contra eles durante 10 anos. -----

- Tomou a palavra o Senhor Bruno Coimbra para parabenizar o Senhor Presidente da Mesa pela iniciativa de descentralização da Assembleia Municipal, onde estamos na sala e na terra mais bonita do Concelho. Referiu que o número de participações no período de intervenção do público não foi surpresa nenhuma, as pessoas do Luso são especiais e interessadas pela sua terra. Referiu que ficou espantado com as palavras da Senhora Vice-Presidente quando afirmou que, se calhar, seria preciso mudar a população. Referiu que é uma mentira que esta população não dá condições, quando de 4 em 4 anos dá todas as condições á Câmara Municipal para prosseguir com o seu trabalho. Expôs ainda que não é possível mudar a população do Luso mas, no entanto, já é possível mudar de Vice-Presidente da Câmara. Relativamente á questão da fábrica da Lameira de Santa Eufémia, referiu que das 6 pessoas do público que intervieram, 3 falaram de questões relacionadas com a fábrica, o que denota que é efectivamente um problema. Neste sentido, ficou surpreso quando o Senhor Presidente da Câmara mencionou que a empresa cumpria todas exigências da Câmara Municipal e que as questões ambientais não se enquadram no âmbito da Câmara, o que é tecnicamente verdade. No entanto, as questões ambientais da fábrica afectam o bem-estar dos munícipes, a qualidade de vida, a saúde pública, a atracção e potencialização dos investimentos efectuados na região em áreas privilegiadas como o desporto e o turismo e acontece, que estas questões, já são do âmbito da Câmara Municipal. A população do Luso já tem um problema com a referida fábrica há demasiado tempo e esta questão tem que ser resolvida, com a colaboração de todos e com todos os partidos. Obviamente, que o Ministério do Ambiente, tem outros mecanismos e outras formas de lidar com este problema, mas também tem que se lidar com esta questão ao nível local. Referiu que a solução não é efectivamente fácil mas existem vários estudos que podem ser feitos, entre outras coisas, para tentar resolver esta questão. Relativamente aos odores, referiu que efectivamente não existe qualquer legislação específica sobre esta matéria. No entanto, encontrou no Porto metodologias Europeias bem definidas para a avaliação de emissão de odores e da incomodidade que podem causar, já existem centros de estudos no Porto a estudar esta matéria e nós podemos mostrar interesse e tentar propor uma solução para este problema. Ainda sobre a questão da perda de água na Fonte, referiu que não é natural que a Câmara tenha que intervir novamente e que tem que se estudar uma solução efectiva para esta matéria, uma vez que a água está para o Luso como o Leitão está para a Mealhada. Sobre a Pousada da Juventude, revelou que está em curso a fusão do Instituto do Desporto de Portugal e o Instituto Português da Juventude. A MoviJovem, empresa que era responsável pela gestão das Pousadas de Juventude, acumulou muitos milhões de euros de dívidas e não sabe quais as condições actuais para novos investimentos. No entanto, não deixou de acreditar que uma Pousada da Juventude seria muito importante para o Luso e fará todos os possíveis para que isso venha a acontecer. Também referiu que reuniu com uma cooperativa agrícola, que forneceu todo o

histórico da represa que foi aqui falada e dos investimentos gigantescos que essa questão acarretaria, não só para o regadio do Luso, Vacariça e Mealhada, como também para uma possível articulação com a Administração Interna para o combate aos incêndios e com a Região Turismo do Centro para a criação de um pólo atractivo para desportos aquáticos. Existem assim soluções que vão sendo faladas para que neste período de crise possamos ser encontradas oportunidades. -----

- Tomou a palavra o Senhor Jacinto Silva para referir que não ficou surpreendido com as intervenções dos lusenses, algo atribuladas e com algumas exaltações. Neste contexto, recordou palavras do falecido e antigo Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Manuel Joaquim, que dizia que o bom senso tem que imperar. Sobre a questão do valor das despesas que ficou por pagar no âmbito do Grupo de Trabalho constituído pela Assembleia Municipal, em que os seus membros estiveram a trabalhar e a perder tempo, talvez fora do contexto para o qual foram eleitos, não se resolveu, talvez, por falta de diálogo e de bom senso. Neste sentido, referiu que a bancada do PSD disponibilizou-se para participar, caso seja necessário, para que este problema seja ultrapassado. Sublinhou também que os lusenses “bateram o pé” e como disse o Senhor Bruno Coimbra, foram eles que também elegeram esta Câmara. No entanto, isso não lhes dá o direito de ficarem calados e é na altura própria que devem “bater o pé”, porque o Luso merece muito mais e melhor. Uma vez que o Município está de boa saúde financeira e a pedido de um grupo de jovens da Mealhada, solicitou à Câmara Municipal, particularmente ao Senhor Vereador do Desporto e da Cultura, que seja colocado um relvado sintético no campo de areia do Parque da Cidade, para que estes jovens não tenham que se deslocar para as localidades vizinhas para se reunir e fazer o seu jogo de futebol. Sobre as obras que se encontram a decorrer na Rua Dr. Américo Couto, referiu que é uma obra angustiante e dá pena a quem lá passa. Acontece que os trabalhadores da empresa a quem foi adjudicada a obra não estão a trabalhar da melhor forma, entram tarde, saem cedo, trabalham quando lhes apetece e os comerciantes daquela rua merecem aquela desfeita. Sugeriu assim que a Câmara Municipal desse “um puxão de orelhas” àquela empresa para que as coisas se façam no seu devido tempo. ---

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara, relativamente à intervenção do Senhor António Neves, para referir que nunca disse que o transporte das populações que se encontram entre a Pampilhosa e Figueira da Foz eram melhor servidas por autocarros. Efectivamente, houve quem afirmasse que os autocarros passam pelas populações e, por vezes, prestam melhor serviço do que o comboio, mas referiu que nunca proferiu tal afirmação e que é necessário ter algum cuidado com aquilo se diz. Sobre a questão da BiblioMealhada, confirmou que aquele serviço pára na época do Verão devido a férias dos funcionários e revelou que, estatisticamente, a sua afluência diminui à medida que se aproxima o fim de cada ano lectivo. No entanto, referiu que iria ter em consideração a sugestão dada pelo Senhor Luís Brandão e que o funcionamento da BiblioMealhada, no Verão, iria ser analisado. Relativamente aos espectáculos de animação do Luso, assumiu que tivesse havido alguns erros fáceis de identificar, onde as 3 entidades envolvidas colaboraram para a elaboração a animação termal do Luso. Quanto à questão colocada pelo Senhor Carlos Rodrigues, referiu que não tem qualquer opinião sobre o fecho do Posto dos CTT do Luso. Referiu que um País que deixa

privatizar os CTT incorre na falta de credibilidade da própria essência do País. Se os Correios forem privatizados, o Estado deixa de ter acção directa sobre aquela entidade. Tem se verificado o fecho de alguns Postos de CTT e já começaram a vender de tudo. Qualquer dia poderão transformar-se em minimercados. É grave que os Correios estejam a desaparecer deste País e provavelmente também fecharão os postos dos CTT da Pampilhosa e de Mealhada, sendo essa a lógica. Como os CTT estão bem financeiramente, são como aquelas empresas que não vale a pena socializar prejuízos. Hoje em dia verificamos que se privatizam os lucros e socializam-se os prejuízos e fica muito mais preocupado com o facto de o Estado ir alienar os CTT, que são uma empresa altamente rentável mesmo em épocas de crise, do que com o fecho dos postos do Luso, Pampilhosa ou Mealhada. Relativamente às intervenções do Senhor Jorge Carvalho, referiu que Assembleia as irá reencaminhar à Câmara Municipal e que naturalmente serão consideradas. Sobre a opinião do Senhor Rui Marqueiro quanto ao desinteresse da Câmara Municipal no Hospital da Misericórdia, lembrou que a Câmara Municipal contribuiu com 500 mil euros para a sua construção e que tem muito respeito por aquela instituição. Lamentou que o actual Ministério da Saúde esteja a cortar nos apoios, tanto ao Hospital da Misericórdia, como a muitos outros. Sobre os problemas ambientais mencionados pelo Senhor Bruno Coimbra, referiu que tem feito todos os possíveis, junto das devidas instâncias que podem intervir nessa área. Pertencendo o Senhor Bruno Coimbra, à Comissão do Ambiente da Assembleia da República, referiu também que tem esperança que os problemas legislativos existentes possam ficar definitivamente resolvidos, para que a Câmara possa assim intervir se necessário. Relativamente à obra (passagem hidráulica) mencionada pelo Senhor Manuel Jacinto, referiu que tem um prazo de execução de 90 dias, a partir do dia da consignação, e que tem realmente observado alguma lentidão. Acontece que a referida obra ainda se encontra dentro do prazo de execução e, como está inserida dentro de uma área residencial, nem sempre é possível dar o avanço pretendido, devido à legislação existente e sobretudo aos fins-de-semana. -----

- Tomou a palavra o Senhor Vereador Miguel Ferreira para agradecer a presença da população do Luso nesta sessão da Assembleia Municipal. É da opinião que estas Assembleias descentralizadas são importantes para dar oportunidade às pessoas para estar presente. Agradeceu também todas as intervenções proferidas no período destinado à intervenção do público, onde se sentiu que estas pessoas amam o Luso e querem o melhor para a sua terra. Quanto à tristeza manifestada pelo Senhor Rui Marqueiro sobre o desinteresse da Câmara Municipal no Hospital da Misericórdia da Mealhada, referiu que coincidentemente foi omitida uma referência colocada pelos Senhores Vereadores do PSD, na última Reunião de Câmara, onde recordaram uma proposta feita pela Provedoria da Santa Casa da Misericórdia da Mealhada para a aquisição dos terrenos que circundam o Hospital para a sua ampliação. Referiu que a saúde sempre foi uma preocupação e frisou que o Hospital da Misericórdia da Mealhada serve não só o Concelho de Mealhada como também alguns Concelhos limítrofes. Referiu ainda que era importante iniciar o processo de avaliação para a aquisição dos referidos terrenos por via negocial, resolvendo também, segundo proposta da Provedoria, a questão do Mercado Municipal de Mealhada, cujos terrenos seriam permutados com a Câmara Municipal. Espera também que esta rubrica não seja esquecida no próximo

Orçamento de 2012 e que o Município de Mealhada não olhe apenas para a reabilitação das baixas da Mealhada e Pampilhosa, mas também para a saúde que é muito importante. -----

- Tomou a palavra a Senhora Vice-Presidente para referir que não teve intenção de dizer que era necessário mudar a população do Luso e talvez tenha sido a emotividade da sua intervenção que o tenha dado a entender. Há já alguns anos que a população do Luso conhece o seu empenho e envolvimento pessoal neste projecto para que o Luso “brilhe” e esse empenho pode-se verificar nos investimentos da Câmara Municipal efectuados no Luso. Teve apenas intenção de dizer que as pessoas do Luso têm que mudar o seu comportamento como parte interessada, deixando-se envolver por este projecto, tal como várias iniciativas no âmbito privado que vão surgindo devido a este projecto. Pediu perdão a quem não interpretou devidamente a sua intervenção, fruto da sua emotividade. -----

- O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da Ordem do Dia e deu início à Ordem de Trabalhos desta sessão. Solicitou ainda uma inversão nos pontos desta Ordem de Trabalhos, passando assim a ser discutido, desde já, o 3º ponto – Parecer do Auditor Externo. -----

3 – PARECER DO AUDITOR EXTERNO: O Senhor Presidente da Mesa colocou este ponto à discussão. -----

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para sublinhar o Ponto 8 do referido parecer que a seguir se indica: *“Concluimos o nosso parecer expressando a nossa opinião de que, a posição financeira da autarquia em 30 de Junho de 2011 reforçou a sua solidez apresentando recursos financeiros suficientes para cumprir com todas as obrigações actualmente assumidas.”* Referiu que o que é exposto neste ponto é claro e que foi redigido por um dos mais conceituados revisores de contas que já teve oportunidade de conhecer. Assim, agradeceu o rigor e a simplicidade com que o Senhor Doutor Sousa Leal conseguiu dizer uma coisa em que outros ocupariam uma folha inteira e ficaríamos a perceber muito menos. -----

- Tomou a palavra o Senhor Sousa Leal para agradecer as palavras do Senhor Rui Marqueiro e para dar a conhecer quais as funções do Revisor Oficial de Contas nas autarquias. Referiu que estará sempre disponível para receber quaisquer questões que possam ser levantadas pela Assembleia Municipal e que sejam da sua competência. Referiu que a Lei das Autarquias Locais obriga a que seja nomeado um Auditor Externo para auditar as contas das autarquias. Isto significa que o Auditor terá que proceder a um exame das contas para verificar se o que está escrito na prestação de contas tem suporte legal e documental adequado que as possa comprovar. É a partir deste contexto que são efectuados os testes necessários, cujos resultados contribuem para as suas conclusões. Esclareceu que durante o ano, têm que ser prestados dois tipos de pareceres. Um será a auditoria às contas da autarquia até ao dia 31 de Dezembro, cujo parecer virá à Assembleia Municipal no mês de Abril. Ou seja, é elaborado um parecer sobre as contas, efectivamente, no sentido de apurar se a informação espelhada nas contas é verdadeira ou não, recorrendo ao pedido de informações externas. Nesta fase, o presente parecer refere-se apenas a apurar o equilíbrio financeiro do semestre, sendo um parecer que decorre de um exame mais ligeiro onde não é pedida qualquer informação externa e tem por base apenas o conjunto de documentos da própria Câmara Municipal. O parecer prestado em Abril é fundamentado numa opinião que é

confirmada através da realização de várias inspecções e de várias confirmações externas que vão sendo solicitadas. O presente parecer destina-se essencialmente a verificar se a evolução financeira da Câmara Municipal não se alterou significativamente e também para verificar o grau de execução orçamental. -----

- Interveio o Senhor Jacinto Silva para questionar se o que é descrito no ponto 8 é referente simplesmente aos ordenados ou às obras prometidas à população, nomeadamente onde diz que a Câmara se encontra em condições de cumprir com todas as obrigações actualmente assumidas. -----

- Interveio o Senhor Revisor Sousa Leal para esclarecer que o seu parecer apenas tem em conta o que está explanado na demonstração de resultados e principalmente no balanço. Segundo estes documentos, o parecer proferido quer apenas dizer que o activo da Câmara Municipal é suficiente para pagar o seu passivo. -----

- Interveio o Senhor Jacinto Silva para questionar se a Câmara Municipal tem condições para criar um fundo de maneio que permita socorrer a população em termos de saúde e educação, dada a crise que o País actualmente atravessa, tendo em conta os resultados do presente parecer. -----

- Interveio o Senhor Revisor Sousa Leal para referir que não se pode pronunciar sobre essa questão. Apenas pode referir que existe um fundo monetário no valor de 5 milhões de euros à data de 31 de Junho de 2011, mas nunca se poderá pronunciar sobre a forma como esse dinheiro poderá ser gasto ou investido. -----

- Interveio o Presidente da Mesa para agradecer a presença e os esclarecimentos prestados pelo Senhor Revisor Sousa Leal. -----

1 – ACTA Nº 10 – SESSÃO DE 29 DE JUNHO DE 2011: -----

- O Senhor Presidente da Mesa colocou este ponto à consideração e perguntou se alguém queria sugerir alguma alteração. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para corrigir alguns pequenos lapsos de redacção. -----

Feitas as alterações à Acta n.º 10 da sessão realizada em 29 de Junho de 2011, a mesma foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor e sete abstenções. -----

2 – INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

Esta informação escrita do Senhor Presidente da Câmara consta na Ordem de Trabalhos distribuída a todos os membros desta Assembleia Municipal e foi acompanhada dos elementos relativos à informação cultural, ambiental, educativa, desportiva e situação financeira deste Município. -----

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou aos senhores membros da Assembleia Municipal, se queriam colocar alguma questão sobre a informação apresentada. -----

- Pediu a palavra o Senhor Luís Brandão para questionar se as obras de requalificação do Parque Desportivo do Luso (Piscina e Pavilhão), que se encontram em fase de adjudicação/consignação, estão articuladas com as obras de alargamento da Piscina Municipal do Luso. Referiu que no plano trienal estão previstos 500 mil euros, em 2012, para a execução destas obras e questionou se as mesmas estarão prontas antes do Verão de 2012, evitando assim algum incómodo. Para o próximo ano estão previstos 50 mil euros na rubrica Moinhos de Carpinteiros e questionou para que servirá este investimento, nomeadamente se é para a aquisição de moinhos, horas de

moinhos ou para algum estudo. Questionou também se já foram iniciados os contactos para a aquisição das horas dos moinhos ou dos próprios moinhos e como é que está a decorrer esse trabalho, caso já tenha sido iniciado. Questionou ainda se poderíamos contar, a médio prazo, com um projecto de requalificação dos Moinhos de Carpinteiros. Sobre a recuperação de Várzeas, referiu que os seus habitantes se encontram expectantes relativamente à requalificação da sua aldeia, onde se procedeu já à reconstrução do pontão. Tal como os seus habitantes, é da opinião que aquela localidade necessita urgentemente do melhoramento dos seus arruamentos. Para este ano estão previstos 650 euros para esta rubrica, os quais se encontram praticamente cabimentados, e 310 mil euros para o próximo ano. Assim, questionou o Executivo se esta obra vai ser efectivamente realizada no próximo ano. Relativamente à Willuso – Centro de Investigação e Parque de Serviços, lembrou que é uma associação fundada pela Câmara Municipal que visa a promoção e dinamização do Centro de Investigação e Longevidade e Saúde no Luso e também para promover a fixação de investimento e actores destas áreas de actividade, estando integrada no Projecto Lusolnova. A Câmara previu gastar 75 mil euros em 2011 com este projecto. Contudo, este valor foi alterado no decorrer do corrente ano para 50 mil euros e até ao momento não foi cabimentado qualquer valor, além do 1 euro inicial. Assim, questionou o que é que se anda a fazer nesta área. Para o ano de 2012, referiu que se encontram previstos 2 milhões de euros, certamente com recurso a Fundos Europeus e em 2013 estão previstos mais 2 milhões de euros. Uma vez que estamos a falar de muito dinheiro público (4 milhões e 75 mil euros), questionou o que é que a Câmara Municipal pretende fazer, através da Associação Willuso, com estes dinheiros públicos e quais as estratégias que se encontra a implementar para alcançar os objectivos a que se propõe. Sobre o workshop promovido no âmbito da Agenda XXI Local, questionou se o convite recebido pelo Senhor Presidente da Mesa se destina apenas ao próprio Presidente, aos seus representantes, grupos municipais ou para os 21 membros eleitos da Assembleia Municipal. Como este é um projecto estruturante para o Concelho, sugeriu que esta Assembleia fosse periodicamente informada sobre os trabalhos que se encontram a decorrer neste âmbito, onde está previsto um investimento de 30 mil euros. Questionou ainda se as sessões de esclarecimento que ocorreram em Barcouço e em Mealhada se irão estender às restantes freguesias conforme foi inicialmente previsto. -----

- O Senhor Presidente da Mesa respondeu que entende que o convite recebido para estar presente no workshop promovido no âmbito da Agenda XXI Local se estende a todos os membros desta Assembleia. -----

- Interveio o Senhor António Neves para ler a seguinte intervenção escrita: -----
*“Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, -----
No uso dos direitos e competências que o Regimento desta Assembleia nos confere, a CDU dirige-se a V.ª Ex.ª para colocar as seguintes questões, que muito gostaríamos ver respondidas: -----*

|

Desde logo, registamos a retirada das guias metálicas na zona do parque infantil, do Parque Urbano da Cidade, que como tínhamos referido em anteriores assembleias, constituíam um perigo para os utentes. Mas, como ainda não foram colocadas as guardas de protecção laterais nas escadas e na

plataforma do escorrega, bem como a melhoria do acesso ao dito equipamento e, tendo em conta que, se nada for feito, é a integridade física das crianças que estará em causa, perguntamos a V.ª Ex.ª para quando a resolução deste problema, que apenas foi resolvido parcialmente, ou se ficará exactamente assim como está, sem qualquer outra intervenção? -----

II

Registamos também, a retirada dos montes de resíduos florestais que se encontravam na estrada de Antes e que acabaram por arder, como tínhamos, mas mantêm-se os restantes na estrada de acesso a Sernadelo. -----

Após os incêndios e depois das preocupações tornadas públicas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Antes, a CDU desenvolveu alguns contactos com entidades, no sentido de tentar perceber a legalidade ou não, do depósito e abandono de tais resíduos, em locais potencialmente perigosos como aqueles que referimos. Foi-nos dito que as autoridades, além de uma postura dissuasora, nada mais poderá fazer, se não existir em cada concelho um Plano Municipal de Prevenção e Defesa da Floresta Contra Incêndios (não sei se é assim a designação). -----

Soubemos ainda que este tipo de depósitos prolifera um pouco por todo o lado, noutros concelhos do país, sem que as autoridades possam actuar coercivamente contra os proprietários dos resíduos e terrenos, exactamente por não existirem esses planos. -----

Neste sentido, e porque temos a convicção de que se nada for feito até lá, para o próximo ano voltaremos a confrontarmo-nos como mesmo problema, perguntamos a V.ª Ex.ª se existe ou não o referido Plano no nosso concelho e, em caso negativo, para quando a sua criação?" -----

- Interveio o Senhor Jorge Carvalho para referir que a população do Luso de estar descansada quanto aos investimentos a efectuar naquela freguesia, uma vez que, tal como foi referenciado pelo Senhor Rui Marqueiro, o acordo estabelecido entre o Município de Mealhada e a Sociedade das Águas de Luso pagou totalmente o investimento feito no Luso. Neste sentido e tendo o Luso se auto-financiado, referiu que os lusenses se encontram muito gratos e que deveríamos estar confiantes nesta Câmara Municipal para os investimentos que o Luso merece. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que existe, de facto, o Plano Municipal da Defesa da Floresta no concelho da Mealhada. Referente às averiguações levadas a cabo pela CDU, referiu que o tipo de afirmações recebidas pelas autoridades consultadas são desculpas de mau pagador. Informou que o relatório da Brigada do Ambiente da GNR, solicitado pela Câmara Municipal na sequência do incêndio, não dizia absolutamente nada. Esclareceu que o referido Plano Municipal, não impõe coimas a ninguém e, neste caso específico, existem responsabilidades graves de pessoas que dificilmente serão identificadas, mas nunca a Câmara Municipal. Lamentou as respostas das autoridades consultadas pelo PCP que, ou diziam que não podiam informar ou prestavam uma informação correcta. As autoridades sabem perfeitamente que o Plano Municipal de Defesa da Floresta existe, mas não regula, de facto, o plano de intervenção das Autoridades competentes, nomeadamente as autoridades policiais. Referiu também que as questões relativas ao Parque Urbano da Cidade iriam ser analisadas pelos serviços da Câmara Municipal. -----

- Tomou a palavra o Senhor Vereador José Calhoa para referir que o Luso merece efectivamente mais, mas que no concelho existem também outras freguesias. No entanto, não quer dizer que não se tenha investido no Luso. Todos vêem o que se falta fazer mas fica à vista o que já foi feito desde o início do mandato, nomeadamente o colector de saneamento na Mata Nacional do Buçaco, a repavimentação de Louredo, a repavimentação da Lameira de São Pedro, a repavimentação da Lameira de Santa Eufémia e a repavimentação da zona envolvente à Estação do Caminho de Ferro. Foi colocado um colector novo na Lameira de Santa Eufémia, no Centro de Estágios, foi construída a Ponte de Várzeas e a via alternativa foi pavimentada. Foram feitas obras de conservação no Parque do Campismo do Luso, o Buçaco foi repavimentado, assim como a zona envolvente ao Museu Militar. A Catraia Norte e Sul foram requalificadas, a Junta de Freguesia foi devidamente apoiada em obras pontuais e foram colocados varandins junto ao antigo lavadouro. Em fase de concurso, encontra-se a construção do Centro Escolar do Luso, a requalificação da zona central do Luso, envolvente às Termas e a conservação da zona desportiva do Luso (Piscina e Pavilhão). Foi entregue o projecto do Parque do Vale dos Castanheiros, também designado como Vale da Igreja, o Projecto da Rua do Forno e do Corte do Morro na Quinta do Alberto, O Plano de Pormenor da Quinta do Alberto, o Plano de Requalificação da Vila do Luso, a Nascente e a Poente e a repavimentação entre a Cruz Alta e o início do Concelho da Mealhada. Existe ainda o Projecto Pontinho e o diferencial com Penacova sobre a pavimentação de um troço de estrada daquele Concelho, sendo que nesse projecto serão incluídas 2 obras de grande benefício, nomeadamente o escoamento das águas pluviais do Buçaco para a “celebre” valeta de Monte Novo, cuja pressão junto da EP ainda não surtiu o efeito desejado. Relativamente aos Moinhos de Carpinteiros, referiu que não é um processo fácil devido à questão das horas, existem pessoas que já faleceram e os seus herdeiros não se entendem e devido ao carácter sentimental que os moinhos têm para alguns dos seus proprietários. Está prevista a recuperação do Campo Municipal do Luso, a requalificação da Avenida dos Castanheiros, a recuperação dos trilhos pedonais da aldeia de Várzeas, cujo projecto de arquitectura já se encontra pronto. Existe também a ligação promovida pela Junta de Freguesia, da Lameira de São Pedro a Barrô e a recuperação paisagística do largo do Salgueiral entre outros projectos de pequena monta, que serão naturalmente acompanhados. Segundo as regras contabilistas, mencionou o plano plurianual pode ser alterado todos os anos, devido a contingências económicas que nos poderão ultrapassar a todos. No entanto, referiu que foi elaborada uma lista das obras a efectuar no Luso, juntamente com os serviços técnicos e com os Presidentes de Junta de Freguesia, na qual constam mais de 50 projectos que têm vindo a ser executados, cumprindo assim a promessa eleitoral. Sobre à Agenda XXI Local, referiu que solicitou aos Presidentes de Junta que sugerissem datas e locais para a realização das sessões de esclarecimento, tendo sido já realizadas nas freguesias de Mealhada, Barcouço, Luso e Casal Comba, infelizmente com pouca adesão. Expôs que as restantes freguesias, já sugeriram uma data, que se encontra apenas pendente da disponibilidade dos técnicos da Câmara Municipal e que o referido workshop já se encontra programado há mais de 3 meses. Referiu que este é um projecto estruturante, mas existe muita gente que não está vocacionada para esta temática, pelo que carece de mais informação e

explicações. Tem sido proporcionado, também nas Juntas de Freguesia, outro debate sobre a Defesa da Floresta e do Património Florestal que tem tido bastante afluência nas Juntas em que foi realizado. Relativamente ao alargamento da Piscina Municipal do Luso, referiu que está apenas prevista a reparação das fendas porque existe um problema. Elucidou que a piscina é suportada por um paredão e tem dúvidas que o mesmo aguente o aumento do peso inerente ao alargamento da piscina, estando a ser estudada uma solução adequada. -----

- Tomou a palavra a Senhora Vice-Presidente para referir que a Associação Willuso surgiu no âmbito do Projecto Destino Luso, com o intuito de desenvolver e explorar o Centro de Investigação, uma vez que essa não é a vocação da Câmara Municipal. Por isso, foram reunidos parceiros nesta Associação para esse fim, nomeadamente a Câmara Municipal de Mealhada, a Universidade de Coimbra como parceiro estratégico em termos de investigação, a Sociedade de Água do Luso por razões óbvias, a Junta de Freguesia de Luso e a ADELO. O valor dotado para esta rubrica de 75 mil euros foi alterado devido à mudança de reitoria da Universidade de Coimbra, mudança que é naturalmente lenta. No entanto, a equipa de investigação manteve-se e nunca deixou de trabalhar, tendo a sorte de termos na Universidade uma pessoa muito chegada ao Luso, o Dr. Jorge Figueira. Expôs que o curso de empreendedorismo continuou no âmbito do INOV-C e que já foi aprovado o plano de marketing onde já está a ser desenvolvido o plano estratégico de abordagem aos potenciais investidores e às entidades sugeridas pela Universidade de Coimbra, até porque a Reitoria quer uma equipa mais alargada neste processo. No entanto, cabe-nos a nós gerir também com prudência, dentro dos princípios da nossa acção. Estes 4 milhões não são nada quando comparados com outros centros de investigação que já foram feitos e que foram alguns promotores de grandes “buracos” nas respectivas autarquias. Foi apenas pedido à Universidade que o projecto respeitasse apenas à investigação, que fosse prudente e que fizesse algum à dimensão do nosso concelho. Referiu que é aposta da Câmara investir neste tipo de estrutura, uma vez que é uma estrutura promotora de desenvolvimento sustentado e sustentável. Contudo, a Câmara tem que saber gerir todos os fundos e dado o atraso da Universidade de Coimbra, o projecto não avançou, tendo que prosseguir à nossa medida e com as parcerias existentes. -----

4 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA 2012: ---

O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que a presente proposta aprovada pela Câmara Municipal é exactamente a mesma que no ano anterior, tendo sido fixadas as taxas de 0,6% para os prédios não avaliados nos termos do Código do IMI e 0,2% para os prédios avaliados nos termos do Código do IMI. -----

- Tomou a palavra o Senhor Rui Marqueiro para apresentar uma proposta conjunta para os pontos 4, 5 e 6 da presente Ordem de Trabalhos, a qual leu e a seguir se transcreve, denominada Proposta B: -----

PROPOSTA B

Tendo em conta o agravamento das condições de vida da maioria esmagadora dos Portugueses, a que não se furtam os habitantes do Município de Mealhada. -----

Tendo em conta a situação financeira actual do Município de Mealhada consubstanciada no reforço da sua capacidade financeira como justamente reconheceu o Senhor Auditor Externo. -----

Tendo em conta, que em Outubro se abrirá nova janela de oportunidade para candidaturas aos fundos Comunitários do Mais Centro e em Janeiro tem acesso, em princípio, à Bolsa de Mérito onde podemos ainda encontrar mais recursos comunitários. -----

Atente-se que até agora o Município de Mealhada, do Mais Centro, obteve financiamento para: -----

- Centro Educativo da Pampilhosa: 1.562.936,35€ -----

- 2ª Fase da Zona Industrial da Pedrulha: 764.013,64€ -----

- Reconversão dos Viveiros Florestais: 1.533.515,06€ -----

- Requalificação do Luso: 952.277,69€ -----

- Construção da Ponte de Várzeas: 346.306,82€ -----

Estes valores totalizam 5.159.049,56€. -----

Tendo o Município neste momento cerca de 5 milhões de euros em disponibilidades financeiras, não entendemos a necessidade de cobrar impostos locais, para além dos mínimos locais. Primeiro que largos, passeios ou fontanários, estão as pessoas e muitas delas vivem momentos de aflição. --- Assim, os signatários propõem para as alíneas 4), 5) e 6) da Ordem de Trabalhos, os seguintes valores: -----

4) 0,4% - Prédios não avaliados nos termos do Código do IMI; -----

IMI 0,2% - Prédios avaliados nos termos do Código do IMI; -----

5) IRS – 0%; -----

6) 0% até 150.000€ de valor tributário e 0,5% acima de 150.000€ de valor tributário; -----

Os signatários, -----

Artur Dinis, Carlos Rodrigues, Rui Marqueiro, Manuel Amorim, Jorge Carvalho, Sandra Carvalho, Joana Luís e Luís Tovim. -----

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para colocar 4 questões ao Executivo Camarário. Relativamente à antecipação da realização da avaliação geral dos prédios urbanos imposta pela troika, questionou se o Executivo concorda com esta avaliação geral dos prédios urbanos ou com a sua antecipação, que inicialmente estaria prevista para 2013. Admitindo que o Executivo concorda com esta avaliação geral, com tudo aquilo que a mesma implica, questionou se o mesmo aceitaria antecipar essa mesma avaliação, no sentido harmonizar toda a avaliação de prédios urbanos neste concelho. Em função dos elementos disponibilizados pela Direcção-Geral dos Impostos, questionou que o Executivo se encontra em condições de disponibilizar aos munícipes, qual a proporção de imposto pago dos prédios avaliados e não avaliados deste município, e qual o número de prédios que paga imposto de acordo com a sua natureza de prédios avaliados e não avaliados nos termos do Código do IMI. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que a avaliação dos prédios não compete à Câmara Municipal, mas sim às Finanças e que a Direcção Geral dos Impostos não presta esse tipo de informação à Câmara Municipal para que possa responder à questão colocada, uma vez que a Câmara apenas tem informação geral (global) e não detalhada. -----

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para referir que é lamentável que a Câmara Municipal não tenha conhecimento do rendimento dos prédios avaliados e não

avaliados do concelho, uma vez que essa informação é efectivamente disponibilizada. Expôs que o Município tem acesso, desde 2001 ou 2002, a todas as notas de cobrança emitidas e enviadas aos munícipes deste concelho e é lamentável que o Senhor Presidente da Câmara o desconheça. Esta questão prende-se com o facto de que se essa informação seria muito importante para avaliar e responder à proposta apresentada pelo Partido Socialista, no sentido de baixar as taxas para o seu mínimo legal. Tendo em conta a sua actividade profissional, limitou-se a confirmar junto da entidade competente, qual a informação que é disponibilizada à Câmara sobre esta matéria. Verificou que a referida informação é prestada e encontra-se disponível no Portal das Finanças. Esta é uma informação estratégica que o Município deveria tratar para conhecer, na realidade, quais os sacrifícios que estão a ser exigidos aos munícipes deste concelho, podendo verificar que existe uma desproporção elevada entre o que é pago pelos proprietários dos prédios urbanos avaliados e não avaliados. Esta informação poderia antever qual o resultado da avaliação geral no Município, assim que executada pela Direcção Geral dos Impostos. Referiu também que o Senhor Presidente não pode alegar que esta antecipação da avaliação geral dos prédios é indiferente, pelo que o Município tem efectivamente competência nessa matéria, estando consignada na lei. Reforçou ainda que esperava ver esta matéria apresentada pelo Executivo com outro profissionalismo, sendo esta uma matéria importante e talvez a única em que o Município tem acesso detalhado à informação, no sentido de se poder fixar os sacrifícios adequados aos munícipes deste concelho. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que o Senhor Pedro Duarte não pode invocar falta de seriedade da sua parte. -----

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para referir que não quis ofender a integridade do Senhor Presidente da Câmara. Esclareceu que apenas quis dizer que a informação que o Senhor Presidente da Câmara negou conhecer está efectivamente disponível e sugeriu que o Senhor Presidente se informasse junto dos seus serviços. Referiu ainda que aceitou de bom grado a proposta submetida pelo Partido Socialista, que se limita a fixar as taxas mínimas exigidas por lei. No entanto, revelou que existem mecanismos legais que podem isentar, total ou parcialmente, todos os impostos municipais que o Município tenha direito, por um período inferior ou igual a 5 anos. -----

- O Senhor Presidente da Mesa concedeu um intervalo de 5 minutos para que a presente proposta pudesse ser previamente discutida. Findo o intervalo, recordou que a proposta da Câmara Municipal é denominada por Proposta A e que a proposta do Partido Socialista é denominada por Proposta B. Colocou o presente ponto à votação e a Proposta A foi aprovada em alternativa com dezassete votos, tendo a Proposta B obtido dez votos. -----

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para apresenta declaração de voto da bancada do PSD, declarando que o actual período não é o melhor para impor sacrifício fiscais, mas também entende que existem obras pensadas e planeadas que tem que ser financiadas. Relembrou que no ano anterior apresentou uma proposta que visava defender aqueles que menos têm em termos de rendimentos e valores patrimoniais globais e que foi rejeitada nesta Assembleia. Sugeriu assim a todos aqueles que entendem pagar um valor exagerado por um prédio não avaliado, taxado em 0,6%, que peçam uma

simulação de avaliação nos termos do Código do IMI para verificar se poderão, ou não ser beneficiados. -----

5 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS PARA 2012: - O

Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- O Senhor Presidente da Câmara referiu que presente proposta é exactamente igual à do ano anterior e visa a fixação da participação em 3% da participação variável de IRS para 2012. Referiu que a Câmara Municipal de Mealhada, no ano anterior, foi uma das 64 Câmaras que devolveu IRS aos seus municípios, num universo de 308 Câmaras Municipais. -----

- Interveio o Senhor Luís Brandão para referir que é, desde já, a favor da manutenção da taxa de 3% a favor da Câmara Municipal e 2% a favor das famílias declarantes. Se olharmos para os concelhos vizinhos, referiu que podemos verificar que vários deles não abdicam da sua percentagem em sede de IRS, em favor das famílias. Tendo em conta os dados públicos que analisou no Portal das Finanças, verificou que este benefício de 2% não é para a maioria da população, visto que a maioria dos Mealhadenses, à semelhança do que acontece no resto País, não paga IRS. Tendo em conta os mesmos dados, referentes a 2009, verificou-se que 57% das declarações entregues não geraram pagamento de IRS. Aludindo esta percentagem à Mealhada, significa que 57% das famílias da Mealhada não beneficiariam destes 2% nem de outra benesse em sede de IRS. Estes dados têm que nos ajudar a fazer política e não propaganda política, sendo que os impostos têm a sua lógica. Tendo em conta os mesmos dados, referiu que cerca de 70% da população tem um rendimento bruto anual de 19 mil euros (cerca de 700€/mês) e que 5% do IRS cobrado é pago por 70% das famílias, sendo que os restantes 95% são pagos por 30% das famílias. Isto quer dizer que os 3% retirados pela Câmara Municipal são retirados a quem tem rendimentos para tal e que quem não tem rendimentos não é prejudicado pela manutenção das taxas. Ainda os menos favorecidos poderão beneficiar desta medida porque quem tem mais rendimentos continuará a contribuir em prol de todos, uma vez que a Câmara utilizará esse dinheiro para a execução de algumas obras públicas em educação, cultura, desporto e nos apoios sociais. Referiu também que para se tomar decisões, é necessário analisar exemplos concretos e não só princípios abstractos. Assim apresentou dois exemplos que são usuais em qualquer município, expondo que quem ganha mais, mais contribui para o bem comum. Sendo a Câmara Municipal o organismo ideal para repartir o esforço individual pelo bem comum e considerando que quem tem mais deve contribuir mais do que quem tem menos, considera que se deve manter a taxa de 3%. Esta posição parte do pressuposto que o valor colectado permitirá reforçar a componente de apoio social, conforme foi referido pelo Senhor Vereador Júlio Penetra, em reunião de Câmara, e é com este sentimento que dá o seu voto favorável à proposta da Câmara Municipal. Mencionou ainda que este imposto terá apenas efeitos em 2013, vésperas de eleições autárquicas, e espera que parte deste valor seja disponibilizado para acudir a emergências sociais e não para obras pré-eleitorais. -----

- Interveio o Senhor Jacinto Silva para referir que compreende a proposta efectuada pelo grupo do PS e que qualquer governo, seja de que partido for, não prejudica a sua população de ânimo leve. No entanto, respeita a proposta apresentada pela Câmara Municipal e entende que é uma proposta honesta.

Assim, referiu que, noutras condições, poderia votar favoravelmente a proposta do PS, mas a bancada do PSD irá votar na proposta apresentada pela Câmara Municipal por estar convicto de que é uma proposta honesta. -----

- O Senhor Presidente da Mesa colocou a Participação Variável de IRS para 2012 à votação e a Proposta A foi aprovada com dezasseis votos, tendo a Proposta B obtido onze votos. -----

6 – DERRAMA PARA 2012: - O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- O Senhor Presidente da Câmara referiu que esta proposta é exactamente igual à proposta do ano anterior, designadamente que a proposta de fixação da taxa é de 1% para as entidades que tenham tido um volume de negócios superior a 150 mil euros no ano anterior e de 0% para as entidades que tenham tido um volume de negócios inferior a 150 mil euros. -----

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para questionar se alguém tem conhecimento do valor da derrama colectado nos últimos anos, nomeadamente nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011. -----

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para referir que foram recolhidos 770 mil euros em 2008, 780 mil euros em 2009, 220 mil euros em 2010 e 180 mil euros até à data. Referiu que se comparássemos o nosso sistema fiscal com o sistema dos Municípios limítrofes, referiu que a derrama causa algum incómodo, dado o volume de imposto colectado em 2007 e 2008 e questionou se o Executivo tinha alguma justificação interna para este facto. -----

- O Senhor Presidente da Mesa colocou a Derrama para 2012 à votação e a Proposta A foi aprovada, em alternativa, com dezasseis votos, tendo a Proposta B obtido dez votos. -----

- Interveio o Senhor António Neves para apresentar declaração de voto sobre os últimos 3 pontos de Ordem de Trabalhos, a qual leu e a seguir se indica: ----

DECLARAÇÃO DE VOTO

“Há cerca de um ano, a CDU votou favoravelmente as propostas trazidas à Assembleia Municipal sobre as taxas de IMI, Derrama e Participação Variável de IRS. A CDU volta agora a votar favoravelmente o que vem proposto da reunião de Câmara, desta vez, como veio a público, algo que até requereu o uso de voto de qualidade do Sr. Presidente da Câmara, em concreto na questão do IRS. Na verdade, não se compreenderia que a troca de argumentos ali havida com vereadores do PS e PSD, e com alguma demagogia à mistura, resultasse num agravamento no caso do IRS. Das propostas aqui feitas pelo executivo camarário, a CDU concorda com o princípio, precisamente, do não agravamento das taxas que vinham a ser praticadas. Outra coisa seria incompreensível na situação do violento saque a que a maioria das pessoas e das pequenas e médias empresas estão a ser submetidas pelas escolhas e opções políticas que continuam em vigor, num caminho aberto pelos que estiveram antes no governo, num caminho agravado pelos que agora lá estão. Os políticos locais do chamado arco do poder não gostam que se fale destas coisas, mas é preciso lembrá-las, sempre. O seu a seu dono. -----

A CDU, também não alinha na demagogia evidenciada em citações de vereadores do PS e do PSD transcritas nos jornais. Só acordam para as dificuldades das pessoas no plano local, dando cobertura e assobiando para o lado, enquanto os seus partidos, à vez, desgraçaram e desgraçam o país e o povo português. Mais a mais, tendo em conta o que se sabe – e o que ainda há-de estar para vir – quanto a cortes nas transferências, não se

compreenderia que se descurassem em nome daquela demagogia fácil algumas receitas, num quadro de maior esforço financeiro das autarquias e que, infelizmente, não augura nada de bom. -----

Não se compreenderia isso, e não se compreende a artificial discussão havida na reunião de Câmara, nos termos e com os protagonistas em causa. Quanta demagogia! Quanta hipocrisia! Agora, os que suportam o governo passaram a falar em **circunstâncias excepcionais** para se convencerem e nos convencer, de que não há outras soluções que não as malfeitorias do governo de turno. Os que ainda há pouco defendiam e apoiavam a governação de Sócrates, passaram a clamar que **as pessoas estão primeiro** e a imputar culpas aos actuais governantes. Então não é verdade que todos eles, uns e outros, aceitaram e assinaram o pacto de agressão e submissão à troika estrangeira ao povo português, cujas medidas impostas, em vez de resolverem os problemas, os agravem violentamente? Haja decência! -----

Há muito a fazer, é verdade. Há circunstâncias excepcionais que exigem atitudes excepcionais. Há perigosos e insaciáveis interesses que estão a arrasar o país para o declínio irreversível, por culpa dos governantes que tivemos e, agora, dos que temos. Mas a solução para estas coisas não está na exibição inflamada de grandes preocupações com pequenas coisas enquanto não há nenhuma preocupação com as coisas que são grandes e mais decisivas. -----

Aos senhores vereadores em litígio político na reunião do executivo camarário, aos membros desta assembleia, a todos os munícipes do concelho de Mealhada, lançamos um apelo que completa o sentido do nosso voto: acabem com as hipocrisias, mostrem publicamente o descontentamento, lutem por um rumo diferente, decididamente melhor, para o país e para o mundo. -----

Se querem defender as pessoas, os que trabalham, os jovens, os pensionistas empurrados para a miséria, as pequenas e médias empresas, o que há de mais importante no nosso tecido económico, não se entretendam a fazer demagogia. Juntem-se aos que diariamente protestam com toda a legitimidade por outras opções, porque há outras opções! Os que erguem a cabeça e não se acomodam são um elemento fundamental – cada vez mais urgente e necessário – de esperança num país a quem os governantes, as maiorias, as troikas, o grande capital que se enche à custa das crises dos países periféricos estão a sugar a gordura, o músculo e já os próprios ossos. -----

No dia 1 de Outubro há manifestações no Porto e em Lisboa. São convocadas pela CGTP, Intersindical Nacional, por motivos que são justíssimos e, mais do que isso, são necessários ao país. Quem achar que somos uns exagerados, procure informar-se, dispa-se de preconceitos e use a inteligência. Participem. - Fica feita a nossa declaração de voto.” -----

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para apresentar a sua declaração de voto, mencionando apenas que a proposta apresentada surgiu pelo facto de um número significativo de militantes socialistas entender que a política fiscal deste concelho é, neste momento, excessiva. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que tem muita honra em ser militante do Partido Socialista e que tem muito respeito pelos seus camaradas. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para apresentar a sua declaração de voto para referir que esta proposta não teve nada a ver com propaganda eleitoral e é da opinião que quem tem um fundo de maneiço de 5 milhões pode

perfeitamente absorver o impacto que foi proposto. Referiu que as famílias do concelho de Mealhada vivem o mesmo drama que as famílias dos outros concelhos e que são as famílias da classe média que pagam IRS. Relativamente à Derrama, referiu também que existem grandes empresas a fechar e isso deveria ter sido levado em conta. Esta proposta não foi contra o Senhor Presidente Carlos Cabral, apenas se achou que se poderia ir mais longe e não teve nada a ver com propaganda política. Comunicou que a próxima sessão da Assembleia Municipal se realizará no dia 16 de Dezembro de 2011. -----

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, _____

Rodrigo Manuel Ribeiro Baptista da Cruz, Assistente Técnico, nomeado por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----